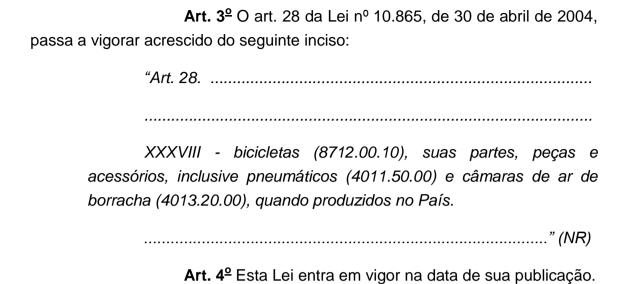
## PROJETO DE LEI Nº , DE 2015 (Do Sr. AUGUSTO CARVALHO)

Desonera as operações com bicicletas, suas partes, peças e acessórios, do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI as bicicletas, suas partes e peças, produzidas no País, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre esses produtos.

<b>Art. 2º</b> O art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de
1964, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:
"Art. 7 <sup>º</sup>
XXXVIII - as bicicletas (8712.00.10), suas partes, peças o
acessórios, inclusive pneumáticos (4011.50.00) e câmaras de ar de
borracha (4013.20.00), quando produzidos no País.



## **JUSTIFICAÇÃO**

Em tempos de trânsito congestionado nas cidades, poluição atmosférica e epidemia de obesidade, a utilização da bicicleta como meio de transporte do cidadão parece ser uma solução óbvia para os problemas ambientais, de mobilidade urbana e de saúde pública.

No entanto, a legislação tributária não convalida tal tese. Pelo contrário, em tempos de crise, o que se vê é a desoneração fiscal dos automóveis particulares, incentivando sua aquisição pelos usuários. É verdade que tais políticas procuram preservar o emprego na indústria automobilística. Contudo, os efeitos colaterais são igualmente perversos: aumento da frota, dos congestionamentos, do consumo de combustíveis fósseis, do sedentarismo e adoção de soluções individualistas para um problema de natureza coletiva.

O projeto de lei (PL) que ora propomos busca alterar o eixo dessa política de incentivos, dúbia quanto aos seus efeitos sobre a saúde da população, pois preconiza a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS para as bicicletas, suas parte e peças, quando produzidas no País.

3

de 2015.

Da mesma forma que nos projetos voltados para os automóveis particulares, ao incrementar a produção nacional de bicicletas e seus acessórios, garante-se a preservação do emprego e renda no País. Nesse caso, sem os efeitos colaterais anteriormente mencionados: as ruas e avenidas das nossas cidades ficarão menos abarrotadas de veículos, as poluições atmosférica e sonora diminuirão e os cidadãos farão exercício ao pedalem suas bicicletas.

Pretendemos, assim, incentivar a produção e a venda de bicicletas, de forma a torná-las mais baratas e acessíveis, viabilizando-as como transporte alternativo. Contamos, então, com o apoio dos nobres Pares do Congresso Nacional para o aprimoramento e aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em de

Deputado AUGUSTO CARVALHO